ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉPTIMA REUNIÃO DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP, realizada pelo aplicativo ZOOM, a 20 de maio de 2023, com início às 14h00 de Lisboa, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Aprovação da Ata da reunião de 15/04; 2) Parecer da CT acerca do Apoio à digitalização da imprensa da Diáspora; 3) Proposta CRCPE: Veto presidencial caso voto postal perca primazia 4) Relatório Global de Atividades: inicio da discussão ; 5) Alteração à Lei do CCP; 6) Reunião do CP/CCP, 03 a 05 de julho: andamento da programação ;7) Proposta ao Orçamento de estado 2024; 8) Assuntos Gerais. Presentes os Conselheiros Titulares Flávio Martins, Amadeu Batel, Pedro Rupio, Ângelo Horto, Lígia Fernandes, Manuel Coelho, Maria de Lurdes De Almeida, Rita Santos, e Paulo Martins, em substituição ao Cons. Daniel Loureiro. Participou como convidado o Cons. Sérgio Tavares, coordenador de sua CT. Justificaram a ausência o conselheiro Paulo Marques. Em votação, a ordem de trabalho foi aprovada conforme a convocatória. Passando-se ao ponto 1) Aprovação da Ata da Reunião do dia 15/04/23 a qual foi aprovada por unanimidade. Passando-se ao ponto 2) Parecer da CT acerca do Apoio à digitalização da imprensa da Diáspora- O Cons. Flávio Martins refere que se recebeu o parecer da CEPECACS referente a este tema e que esta Comissão Temática expressa o seu total acordo referente à digitalização da imprensa da Diáspora, pois é uma mais valia para dar a conhecer a história das nossas comunidades nos seus respetivos países de acolhimento. O Cons. propõe ainda redigir um documento com o parecer da CEPECACS e do CPCCP donde se menciona diferentes pelouros e ministérios do governo que poderiam intervir na organização deste projeto, como por exemplo a SECCP, cultura, etc. O Cons. Paulo Martins refere que tal como menciona a CEPECACS, toda esta digitalização deveria estar disponível num Museu da Emigração a ser criado. Considera o Cons. que primeiro deveria ser criado o museu e depois a sua equipa fazer o levantamento do trabalho em si. Seriam eles os encarregados de fazerem esta pesquisa. O Cons. Pedro Rupio manifestou a sua satisfação por ver que o parecer da CEPECACS vai ao encontro da proposta feita para a digitalização da imprensa pois considera que os órgãos da comunicação social são de vital

importância para dar um retrato da história das nossas comunidades no passado. O Cons. Amadeu Batel considera que se deve aprofundar mais neste parecer e concorda com o Cons. Flávio Martins em que se deve propor ao Governo que assinale quais os pelouros ou ministérios, que ao seu critério, seriam os ideais para desenvolverem este tema e também compete ao Governo a criação do Museu da Emigração. Para sintetizar o Cons. Flávio Martins sugere que no documento deve-se propor ao Governo que tenham um orçamento para este fim, um órgão que cuide do projeto e a possibilidade de futuramente poder digitalizar todo esse material que ainda haja disponível na imprensa da Diáspora. Também se deve indicar que, uma vez feito isso, seria importante que este acervo estivesse depositado junto a esse futuro Museu da Emigração e das Comunidades Portuguesas para que possa estar disponível para sua posterior consulta se for necessário. Ao perguntar aos presentes se concordavam com esta proposta, a resposta foi unanimemente positiva. Continuando então para o ponto 3)- Proposta CRCPE: Veto presidencial caso voto postal perca primazia- O Cons. Pedro Rupio participou que o CRE discutiu e analisou o anuncio feito pelo Ministro da Administração Interna (MAI) referente à proposta de que nas futuras eleições legislativas, o voto presencial prevaleça em detrimento do voto postal, perdendo este assim a sua primazia. Considera o Cons. que embora o voto postal tenha dificuldades, principalmente nos países fora da Europa, é melhor para as Comunidades. Há o receio que com a inversão da primazia, a redução do número de votantes seja muito significativa, e portanto, grave. De aí que o CRE sugere ao CPCCP para elaborar um documento pedindo ao Presidente da República que vete esta proposta da primazia do voto presencial. Consideram que o veto do Presidente faz toda a diferença, porque se ele veta esta lei, ela volta al Parlamento e aí vai precisar dos 2/3 para a sua aprovação. O Cons. Flávio Martins opina que se deve esperar primeiro a decisão, no entanto considera que uma vez o CPCCP reunido em Lisboa pode elaborar um documento com esta petição e encaminhá-la à Presidência da República. O Cons. Paulo Martins participou que a sua Comissão Temática esteve reunida com o Dr. Joaquim Morgado, Diretor da Administração Eleitoral e este deu a entender que não iriam retirar a modalidade

do voto postal para as comunidades, mas que iriam optar talvez pela modalidade do voto antecipado. O Cons. Amadeu Batel relembra que em novembro o CPCCP este reunido com este mesmo cidadão do CNE e que o mesmo foi muito explícito quanto ao voto presencial ser a modalidade a ser adotada e que o próprio José Luís Carneiro anunciou a regra da presencialidade aplicada em todas as modalidades. Concorda em que se deve elaborar um documento a alertar sobre as consequências desta modalidade, mas antes devemos pensar e refletir sobre o particular. O Cons. Flávio Martins considera que todos estão claros com a proposta e sugere então encaminhar um oficio ao PR informando que hoje há propostas na AR para que a presencialidade tire primazia ao voto postal. Caso isto seja aprovado, deve ser alertado para as graves consequências. A redação final deste documento será elaborada em julho a quando da reunião presencial do CPCCP. Todos os presentes concordaram com a proposta do Cons. Flávio Martins. Passando ao ponto 4) Relatório Global- O Cons. Paulo Martins sugeriu a colocação de um índice no inicio em vista do extenso do documento. De este modo, quem quiser consultar o texto pode ir diretamente ao tópico do seu interesse. O Conserálheiro Amadeu Batel enviou um documento com sugestões a incorporar referente ao Ensino do Português no Estrangeiro. O Cons. Flávio Martins e todos os presentes concordaram em introduzir tanto a sugestão do Cons. Paulo Martins como o texto do Cons. Amadeu Batel e continuar a sua leitura para prosseguir a sua discussão na próxima reunião online deste Conselho. Também foi relembrado que a sua total aprovação será em julho na reunião presencial do CPCCP em Lisboa. Continuando para o ponto 5) Alteração à Lei do CCP- O Cons. Flávio Martins disse não ter mais qualquer informação ao respeito deste tema e vê com muita preocupação que estando a dois meses do recesso parlamentar ainda não se tenha nenhuma informação mais concreta. Informou a todos sobre a reunião com a 2da Comissão , presidida pelo deputado Pacheco Amorim, em donde houve uma assistência massiva e falaram os deputados de algumas frações parlamentares, no entanto pouco se disse e deu a impressão que aguardavam pelas conclusões do grupo de trabalho. O Cons. Flávio Martins, depois de uma vasta exposição dos objetivos desta alteração,

frisou ainda que os trabalhos deveriam terminar antes do Plenário para assim poderem ser convocadas eleições no segundo semestre do ano em curso. O Cons. Paulo Martins informou que a deputada do PS, Nathalie Oliveira lhes disse que iriam eliminar a proposta da limitação dos mandatos. O Cons. Amadeu Batel considera que o trabalho do CCP referente a este ponto está feito e que agora, o restante, é da total responsabilidade do governo . Continuando para o ponto 6)- Reunião do CP/CCP, 03 a 05 de julho: andamento da programação- O Cons. Flávio Martins informou sobre a programação e alguns ajustes ainda a serem feitos. Todos foram consultados ao respeito e houve unanimidade nos ajustes assim como referente ao jantar com o atual SE e os Ex Secretários de Estado das Comunidades em vistas que se pensa esta ser a última reunião deste atual Conselho. Também notificou que o Cons. António Cunha oferecerá a todos os membros do Conselho um jantar como despedida e ao qual assistirão algumas personalidades, tais como sua Excelência o Sr. Presidente da República. O Cons. Flávio Martins espera que para a próxima reunião já esteja toda a programação desta reunião presencial finalizada sendo que ir-se-ão fazer os ajustes necessários durante este período restante. Passando ao ponto 7) Proposta ao Orçamento de Estado 2024, o Cons. Flávio Martins informa que o orçamento pedido para 2023 foi de 440.000 dividido da seguinte maneira: 141.000 para as reuniões presenciais, 64.000 para as secções locais, 1000 para a manutenção do site, 20.000 para a contratação dos estudos e pareceres, 79.000 para o gabinete de apoio e 135.000 para um Plenário. Considera que agora deveria ser enviada uma proposta inicial aos Conselhos Regionais para que fosse estudada e eles enviarem os seus pareceres para depois ser aprovada em julho. Notifica que como ainda não se sabe qual vai ser a próxima configuração do CCP quanto ao aumento do número de Conselheiros, se 90 ou 100, e como ficariam conformadas as secções locais, esta proposta inicial de orçamento teria um incremento de 20% (vinte por cento) e passaria de 440.000 para 480.000, tendo assim fundamento para requerer este aumento. Todos os presentes concordaram com o planeamento do Cons. Flávio Martins. Seguindo-se ao ponto 8) Assuntos Gerais, todos os presentes agradeceram o convite do Cons. António Cunha e consideraram que a reunião foi

muito produtiva. O Cons. António Cunha agradeceu a todos por terem acolhido o seu desejo de estarem todos juntos neste convívio e agradece especialmente ao PR, Professor Marcelo Rebelo de Sousa pela sua disponibilidade para estar presente nessa confraternização. Assim, nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17h00 (hora de Lisboa), mandando-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária, na forma do regulamento deste Conselho Permanente do CCP.